

Sarney tem plano definido até 89

CARLOS CHAGAS

Neste ano, consolidar a reforma econômico-financeira e zelar pela realização livre das eleições gerais. Em 1987, dar todo o prestígio à Assembléia Nacional Constituinte e desenvolver com intensidade as reformas sociais, ampliando as realizações e os projetos do governo.

Por ser político, Sarney tem a noção de que as coisas não se dividem nem se escalonam matematicamente. Nem o mundo está dividido entre mocinhos e bandidos, nem os processos podem ser catalogados de uma cor ou de outra, por completo. Tudo se mistura, as contingências pesam e, muitas vezes, o que se planejou ontem precisa ser reformulado amanhã. A grosso modo, porém, seu roteiro de ação segue o esquema acima referido.

Desde que assumiu, o presidente começou a preparar-se e a preparar o País para a nova política econômica. Não que a decisão estivesse tomada a 15 de março de 1985. Existiam alternativas. Se fosse possível fazer a inflação refluir sem medidas cirúrgicas, a partir da retomada do desenvolvimento, da contenção de gastos públicos e de um acordo nacional de cavalheiros, muito bem. Ele insistiu nessa estratégia até fevereiro passado, mas como o pêndulo não se alterava, pelo contrário, seguindo cada vez com maior ímpeto para o desconrole inflacionário, não hesitou. Marcou dia, hora e objetivo. E o pacote deu certo, ou, pelo menos, está dando. A resposta da sociedade foi até surpreendente e o governo, agora, aferra-se à necessidade de seguir adiante. Será preciso vigilância, firmeza e obstinação. A meta é chegar ao final do ano com baixíssimos níveis inflacionários, sem que a recessão tenha sido provocada.

No plano administrativo, diversos planos estão em desenvolvimento, da irrigação à recuperação da malha rodoviária, da manutenção do superávit nas exportações à transferência de capitais da especulação para os investimentos produtivos. As metas sociais, da distribuição de alimentos à população carente até a reforma agrária, seguirão no ritmo possível.

Não se trata, assim, de fechar as portas a tudo o que não seja a nova política econômico-financeira de extirpação da inflação, ainda que essa

Em 1988, assistir ao início da colheita, ordená-la e manter o empuxo reformista, tanto quanto o desenvolvimento econômico, dentro das linhas mestras das instituições já então definidas pela nova Constituição.

Para depois, isto é, de 1989 em diante, o presi-

dente José Sarney não faz planos, a não ser os de se dedicar à literatura quando tiver deixado — e para sempre — a vida pública. O chefe do governo é reservista de terceira categoria, não serviu o Exército e, muito menos, cursou os Estado-Maiores castrenses. Assim, não

costuma escrever ou esquematizar detalhadamente o que planeja. Não faz gráficos e não utiliza números. Uma simples folha de papel e um lápis bastam para que, em menos de um minuto, exponha sua estratégia global. Esta semana, fez isso, diante de um privilegiado interlocutor.

Líderes mantêm sublegenda

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

A sublegenda e a candidatura nata ao Senado, que beneficiam grande parte dos parlamentares, serão realmente mantidas, como já se previa, e o sistema de dois turnos nas eleições de governador não será adotado. Essas foram algumas das definições a que chegaram ontem líderes partidários na Câmara e no Senado, em reuniões separadas, aproximando-se de uma fórmula final para a nova lei eleitoral, que regulamentará as eleições de novembro. Também a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão será mantida, mas é possível que se estabeleça uma compensação fiscal para as emissoras. O período será de 60 dias anteriores à antevéspera do pleito, com duas horas diárias, uma delas no "horário nobre". Só participarão dos programas os partidos com representação no Congresso. Essas informações foram dadas ontem pelos líderes José Lourenço (PFL), Goldman (PCB) e Gastone Righi (PTB).

Mais uma vez o PMDB, o PT, o

PCB e o PC do B tentaram convencer os outros partidos a aceitar o princípio de dois turnos nas eleições de governadores, que seria utilizado, caso na primeira eleição nenhum candidato obtivesse maioria absoluta de votos. O líder do governo, Pimenta da Veiga, insistiu em que a Constituição já instituiu esse procedimento nas eleições presidenciais. A argumentação do líder petebista, Gastone Righi (SP), para refutar a tese é a de que os dois turnos propiciam a corrupção eleitoral, pois, em seu entender, os partidos maiores "comprariam" os menores.

Apesar da oposição do PDS, do PTB, do PDT e do PFL à ideia, o PMDB, o PT e os PCs continuarão insistindo. O PMDB, por exemplo, deverá apresentar projeto ao plenário, para que cada parlamentar se manifeste a respeito. O sistema só poderá vigorar ainda neste ano se o Tribunal Superior Eleitoral entender o princípio constitucional de dois turnos nas eleições presidenciais das eleições estaduais, como tem defendido o ministro da Justiça, Paulo Brossard.

concentre os maiores esforços e atenções do poder público.

Em paralelo, no plano político, interessa ao governo ver realizadas as eleições mais livres e limpas das últimas décadas. O ministro da Justiça, Paulo Brossard, recebeu instruções para preparar projeto limitando os abusos do poder econômico e do poder estatal, e o Congresso, soberanamente, cuida de aprimorar a legislação. As reformas adotadas no correr do ano passado abriram amplo horizonte, permitindo-se a formação de novos partidos, garantindo-se o voto do analfabeto e suprimindo-se longa fieira de casuísmos. É claro que outros problemas políticos existem, e vão sendo enfrentados, das

crises na Aliança Democrática ao relacionamento do Executivo Federal com os governadores. Ainda há pouco, a reforma do Ministério tomou-lhe noites de sono, como outras continuarão sendo tomadas por certa faixa da oposição, inflexível até em aceitar posturas e diretrizes que o País inteiro aceitou.

Imagina o presidente Sarney que, no ano que vem, a nova política econômico-financeira estará produzindo maiores frutos, permitindo o funcionamento amplo da economia sem o receio da volta do fantasma da inflação. Será o momento de novos passos adiante no programa social, visando melhor distribuição de renda tanto quanto, por força do traba-

lho desenvolvido este ano na irrigação e nos transportes, de uma integração profunda das regiões menos favorecidas com o conjunto desenvolvido. Retificado e posto a trabalhar, o motor suportará aceleração maior.

Enquanto isso, estará reunida a Assembléia Nacional Constituinte, para passar a limpo as instituições nacionais e fixar rumos para o futuro. A determinação de Sarney é de reconhecer nos constituintes a soberania total para promover quantas alterações pretendam. Se o sistema será parlamentarista ou presidencialista, se a ordem econômica manterá princípios acordados com a atividade privada ou se caminhará para maior estatização, se o conceito de propriedade mudará, se o casamento, a educação e a saúde ganharão diretrizes diferentes das atuais — tudo caberá à Assembléia Nacional Constituinte. Até mesmo a fixação de seu mandato, ainda que se mostre disposto a não aceitar de forma alguma a tese da reeleição, mesmo aprovada. Aferir-se à decisão anunciada por Tancredo Neves, de que o atual período deveria ser de quatro anos, mas não se antecipa nem condiciona nada.

Dando tudo certo, apesar dos inevitáveis percalços e obstáculos a enfrentar, ele poderá, em 1988, com o País constitucionalizado e democratizado por inteiro, assistir a resultados sensíveis nos planos político-institucional, econômico e social. Sem parar sobre os louros, espera verificar que a Nova República terá dado certo, que o governo civil pacificou a Nação e a reengajou no rumo do desenvolvimento.

É claro que essa fase, por ele prevista apenas para o ano de 1988, poderá estender-se e ser esticada por mais 12 ou 24 meses, caso a Assembléia Nacional Constituinte faça retornar os mandatos presidenciais de cinco anos ou mantenha o que dispõe a atual Constituição — seis anos. A Sarney, porém, como tem acentuado, não cabe a menor ingerência.